



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

**ATA DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO**

1 Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 15
2 (quinze) horas e 14 (quatorze) minutos, na sala de reuniões da Presidência da
3 Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Brasília, Distrito Federal, foi realizada
4 a reunião de instalação da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades
5 Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF), instituído no âmbito do Termo de
6 Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre a União e os
7 Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as empresas Samarco
8 Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. Fernando (Funai)
9 cumprimentou os participantes, apresentou a programação do dia e destacou
10 que os assuntos da pauta demandariam bastante tempo, por isso, propôs que
11 fosse feito um panorama geral de cada tema. Os participantes se
12 apresentaram, estando presentes os servidores relacionados na lista anexa. A
13 palavra foi passada a Renato (Secretário Executivo do CIF) que explicou a
14 criação e o funcionamento do Comitê, sendo um grupo de deliberações
15 políticas subsidiado tecnicamente por suas dez Câmaras Técnicas em
16 funcionamento. Nesse momento, o Sr. Franklimberg Freitas, presidente Funai
17 se fez presente, cumprimentou a todos e pediu que a reunião prosseguisse.
18 Finalizada a apresentação, Fernando (Funai) informou que a Câmara estará
19 presente na reunião ordinária do CIF, a se realizar na semana seguinte,
20 comunicou, também, que o órgão indigenista esteve presente junto aos povos
21 indígenas, sobretudo com os Krenak, no monitoramento dos programas
22 estabelecidos pelo TTAC, existindo ainda dois com os Tupiniquim, sobre os
23 quais discorrerá em momento oportuno. Tiago (Fundação Palmares) relatou
24 que a participação da Fundação Palmares se iniciou de forma atrasada e que,
25 no fim de 2016, a partir da identificação e visita às três comunidades
26 remanescentes de quilombo localizadas nos municípios por onde passaram os
27 rejeitos (Vila Santa Efigênia, Família Bernardos e Degredo), foi possível
28 verificar que apenas Degredo, até o momento, fora impactada, e procedeu com
29 a retificação do Termo de Referência; acrescentou que um plano de ação
30 emergencial está em análise para atender aquela comunidade. Fernando
31 (Funai) sugeriu, para melhor funcionamento da CT, que, nas reuniões, os
32 programas dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais
33 (PCTs) fossem analisados separadamente, vistas as especificidades de cada
34 grupo social. Solange (Ibama) argumentou que o grupo deverá estabelecer
35 prioridades por se tratar de análises técnicas. Léa (Secretaria de Governo/PR –
36 SeGov/PR) informou que a CT deveria estar em funcionamento há um ano, que
37 esforços foram feitos pela Secretaria de Governo para assumir a coordenação,
38 visto que, em reunião ocorrida no dia seis de fevereiro, por convocação da
39 Casa Civil, representantes da Funai disseram não estarem à vontade para
40 coordenarem um grupo que iria além da sua missão institucional. O tempo
41 passou e a CT não foi instituída, razão pela qual a SEGOV, em junho, se
42 dispôs a coordenar temporariamente a referida Câmara. A SEGOV promoveu
43 as articulações com a presidente do Ibama e com a Casa Civil/PR e obteve a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

44 concordância dessas duas instâncias para que a CT fosse de fato estabelecida
45 sob a sua coordenação. Informou, ainda que apesar de ter recebido a
46 aprovação, a SEGOV soube na reunião do CIF, que a Funai havia decidido
47 coordenar a CT e que não haveria problemas nisso, já que o importante é a CT
48 funcionar bem, destacando que a missão institucional para acompanhar essas
49 comunidades é de fato da Funai e da FCP; complementou que concorda com a
50 sugestão de trabalharem as demandas dos povos em momentos separados e
51 demonstrou preocupação com os garimpeiros e faiscadores artesanais que não
52 estão sendo atendidos e com os pescadores, cujas demandas estão na CT de
53 Organização Social e Auxílio Emergencial, sem terem suas especificidades
54 atendidas, sugeriu que a CT analisasse a pertinência de trazer o
55 acompanhamento dos pescadores para dentro da Câmara de Indígenas e
56 Povos e Comunidades Tradicionais. Acrescentou que os objetivos da reunião
57 deveriam ser a instalação da CT e uma resposta ao caso de Degredo que está
58 em situação emergencial, a fim de possibilitar uma resposta aos quilombolas
59 até o mês de julho. Solange (IBAMA) informou que a presidente do IBAMA foi
60 provocada pela falta de funcionamento da CT, entrando em contato com o
61 presidente da Funai que informou estar prosseguindo com os trâmites para a
62 realização da primeira reunião. Léa (SeGov/PR) lembrou que a Secretaria de
63 Governo é suplente na coordenação. Solange (IBAMA) finalizou com a
64 pergunta de qual será a metodologia e a temática do encontro. Thiago
65 (Funai/CR MGES) informou que, por conta do trabalho na Coordenação
66 Regional, acompanhou, desde o início, a luta dos indígenas pelo rompimento
67 da barragem, portanto, entende que a criação da CT é um dos resultados do
68 movimento feito pelos Krenak, Tupiniquim e Guarani, no que diz respeito aos
69 questionamentos da falta de participação dos atingidos no acordos firmados em
70 torno do desastre da Samarco; relatou que assistiu a algumas reuniões do CIF
71 e que não observou a participação da sociedade civil na construção do TTAC.
72 Apresentou, também, dúvidas sobre a operacionalização das demandas de
73 dois povos tão diferentes – enquanto os Krenak não reconhecem o CIF e a
74 Fundação Renova, querem falar direto com a Vale, os Tupiniquim e os Guarani
75 aceitaram o TTAC e a Câmara Técnica, pedindo participação na CT. Por fim,
76 ressaltou que os acordos emergenciais assinados com os Krenak, em
77 novembro de 2015, resultou de pressão social por parte deles e reconheceu
78 que existem problemas, que precisam ser dialogados entre os indígenas e a
79 Vale para encaminhar as soluções conjuntamente, como fora feito ao longo de
80 2016 em algumas demandas que foram acordadas para ajustes do termo
81 emergencial. Quanto aos Tupiniquim e Guarani, os acordos resultaram de ação
82 judicial contra a Samarco que assinou primeiro com os Tupiniquim da aldeia
83 Comboios. Em relação aos Tupiniquim e Guarani da TI Tupiniquim e Caeiras
84 Velhas II, somente em julho de 2016 conseguiram fechar um acordo, sendo
85 obrigados a aceitarem um valor que a Samarco se propôs a pagar que ficou
86 menor, inclusive, dos pescadores não indígenas da região. Acrescentou que a
87 unidade descentralizada da Funai envidou todos os esforços para
88 acompanharem as negociações. O Sr. Franklimberg (presidente da Funai)
89 perguntou quais ações a Funai deveria realizar para a continuidade do
90 processo junto aos indígenas. Léa (SeGov/PR) respondeu que será necessário
91 discutir as indenizações pagas aos indígenas, em razão das discrepâncias de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

92 valores; outro ponto a ser deliberado é o volume de lixo gerado dentro da
93 aldeia por conta da entrega de água potável em garrafas pet, além de ser
94 necessário pensar o funcionamento da CT e como resolver os temas a serem
95 trabalhados; finalizou comentando que considera importante a participação da
96 Fundação Renova para saber quantos acordos foram feitos, o que ajudaria a
97 pensar a estratégia de atuação da Câmara. Kátia (MDS) relatou que, em 2015,
98 foi criado um grupo de trabalho, dentro da Comissão Nacional de
99 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
100 (CNPCT), para discutir a situação dos pescadores, cujo relatório com as
101 reivindicações foi entregue em maio de 2016; pediu que a CT possa ser de fato
102 de povos e comunidades tradicionais e não apenas para atender as demandas
103 dos povos indígenas e comunidades quilombolas.. Renato (Secretário
104 Executivo do CIF) exemplificou algumas deliberações curtas da Câmara
105 Técnica Organização Social (CTOS) em sugestão ao encaminhamento de nota
106 técnica para o caso de Degredo; reforçou que acredita ser possível incluir as
107 demandas dos pescadores para esta CT, destacando que os quilombolas não
108 podem ser deixados em segundo plano por estarem de fora de todo o
109 processo. Francisco (DPU) parabenizou a Funai pela organização da CT,
110 informou que a Defensoria Pública da União - DPU não assinou o TTAC porque
111 várias demandas não foram atendidas, que aquele órgão fez um acordo com a
112 Casa Civil para acompanhar as questões sociais decorrentes do Desastre de
113 Mariana; que buscam entender a definição da Fundação Renova do que seja
114 emergencial, tendo sido elaborada nota técnica criticando os critérios da
115 Fundação, e concordou que a CT possa agregar os demais povos e
116 comunidades tradicionais, pois o interesse do TTAC é atender o máximo de
117 atingidos. Ponderou, também, que a Funai não se manifestou sobre o acordo
118 emergencial feito com os indígenas, considerando importante que fosse
119 realizado um estudo para construção dos critérios e, conseqüente, definição
120 dos valores pagos, pois algumas famílias recebem apenas cesta básica, o que
121 viola cláusula do Termo, em contraposição a famílias recebendo valores que
122 considera de grande soma. Tiago (Fundação Palmares) declarou considerar
123 importante as presenças da SEPPIR e do MDS, em razão da temática da CT;
124 sugeriu que fosse incluído mais um programa para a CT, aproveitando o
125 momento de revisão do TTAC. Nesse momento, Renato (Secretário Executivo
126 do CIF) explicou que apenas subprogramas podem ser criados. Tiago
127 (Fundação Palmares) prosseguiu informando que existe a possibilidade do
128 litoral do município de Conceição da Barra, no Espírito Santo, ter sido atingido
129 pela lama, sendo o local com maior quantidade de comunidade quilombolas
130 daquele Estado; informou que foi elaborado um relatório, em novembro de
131 2016, junto com Termo de Referência, sobre a situação dos povos quilombolas
132 atingidos, entregue à Fundação Renova que devolveu, recentemente, com
133 Plano de Trabalho com ações a serem realizadas. Renato (Secretário
134 Executivo do CIF) sugeriu que toda a documentação citada por Tiago seja
135 anexada à nota técnica, a ser produzida pelo CT, para apresentar ao CIF.
136 Tiago falou, ainda, sobre a preocupação da Palmares com a qualidade da água
137 na comunidade de Degredo, pois há resultados conflitantes entre os estudos
138 realizados por empresa contratada pela Renova e aqueles desenvolvidos por
139 outras instituições. Dessa maneira, enviou recomendação formal à Renova



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

140 para que o órgão estadual de meio ambiente e especialista do Programa de
141 Pós-Graduação em Gestão de Regulação de Recursos Hídricos da
142 Universidade Federal do Espírito Santo (PROFÁGUA/UFES) acompanhem
143 essas coletas periódicas e que seus resultados sejam disponibilizados para
144 análises comparativas com aqueles alcançados por essas entidades; no meio
145 disso, a população está comprando água mineral por conta própria. Érika
146 (SESAI) iniciou sua fala com observações da demora na participação da SESA
147 sede nas tratativas realizadas pelos Distritos Sanitários (DSEIs) junto às
148 comunidades indígenas, tendo a equipe de Brasília começado a atuar mais
149 tarde. Quando souberam da entrega de água em caminhões pipa e garrafas no
150 material pet, preocuparam-se, sobretudo, com a geração de resíduos plásticos,
151 além de tomarem conhecimento do alto custo dos caminhões pipas.
152 Acrescentou que não tiveram acesso a toda documentação sobre as medidas
153 mitigadoras e compensatórias e propuseram melhorias na execução de modo a
154 evitar contaminações e outros problemas. Disse, também, que, em paralelo à
155 análise do diagnóstico feito pela Fundação Renova, a SESAI realizou reuniões
156 paralelas a instituição, sempre com a presença da Funai, e intermediou muitos
157 contatos entre indígenas e Fundação para balizar os acordos realizados. Paula
158 (Casa Civil/PR) argumentou que a CT, ao agregar indígenas e povos
159 tradicionais, pode representar um ganho de poder de negociação junto à
160 Renova, portanto, demonstrou preocupações quanto à operacionalização da
161 Câmara, para que se evitasse a fragmentação das agendas. Explicou os
162 cálculos para pagamento dos valores emergenciais e informou que a CTOS
163 tratou muito da questão do auxílio financeiro emergencial e está começando a
164 tratar da indenização; que a CTOS solicitou à Fundação Renova a elaboração
165 de um Plano para o Programa de Indenização Mediada para análise pelos
166 integrantes da Câmara. Informou que a Casa Civil não vai compor a CT
167 Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, e que fará o acompanhamento do
168 Acordo de Mariana como um todo, em apoio e em articulação com a Secretaria-Executiva
169 do CIF e que convocará reuniões com os Coordenadores das Câmaras Técnicas. Léa
170 (SeGov/PR) abordou a situação dos pescadores que são acompanhados na
171 CTOS, da mesma forma que o restante da população ficando de fora
172 especificidades que precisam ser consideradas, apontando a importância de a
173 CT avaliar a pertinência de os pescadores passarem a ser acompanhados pela
174 CT Indígenas e Comunidades Tradicionais. Por fim, levou para discussão a
175 pergunta sobre as formas de participação dos indígenas, quilombolas e outros
176 povos e comunidades tradicionais nas discussões da CT. Kátia (MDS)
177 destacou que esperava que a CT fosse paritária entre governo e sociedade
178 civil, que considera importante a participação da DPU e do Ministério Público
179 Federal (MPF) como convidados permanentes, contudo, ainda mais
180 significativa a participação dos povos e comunidades tradicionais. Thiago
181 (Funai) argumentou que não se pode avaliar unicamente os valores dos
182 auxílios financeiros emergenciais recebidos pelos Krenak, pois as
183 consequências dos grandes impactos causados pelo Desastre da Samarco
184 precisam ser avaliados; relatou que cada terra indígena foi impactada de forma
185 diferente, portanto demandam ações de acordo específicas, ainda que
186 emergenciais, completando que é preciso rever os valores pagos aos
187 Tupiniquim e Guarani, que recebem a menos que os demais atingidos de sua



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

188 região, valores esses insuficientes frente aos impactos do desastre, e ainda
189 muito menor que a demanda inicialmente apresentada por aquela comunidade.
190 Acrescentou que uma ação imediata do CT deveria ser viabilizar a participação
191 dos índios nas reuniões, principalmente dos Krenak, para dizerem qual o
192 melhor caminho de atuação, a partir das características e modos de vida
193 daquele povo, que envolve a formação de novas famílias e chegadas e saídas
194 de integrantes. Entende que a CT deve acompanhar o que está sendo feito no
195 plano emergencial e reforça que a participação indígena contribuiria na solução
196 de situações complexas, tais como o saneamento básico a ser fornecido pela
197 SESAI. Bruna (SEPPIR) declarou que a Secretaria de Promoção da Igualdade
198 Racial possui muito interesse em compor a Câmara, uma vez que são
199 responsáveis pela gestão do Projeto Brasil Quilombola e apresentou
200 preocupação no avanço da lama em comunidades quilombolas no Espírito
201 Santo. Por fim, ratificou sua concordância na participação direta dos povos e
202 comunidades tradicionais, bem como na metodologia proposta de subdivisão
203 do programa PCTs. Renato (Secretário Executivo do CIF) cobrou que a CT
204 informasse, na próxima reunião do CIF, os nomes dos membros que comporão
205 o grupo, visto tratar-se de reunião de instalação. Solange (IBAMA) reforçou que
206 as CTs do CIF que possuam interface com a CT Indígenas e Povos e
207 Comunidades Tradicionais sejam informadas da instalação e composição.
208 Sugeriu como método, para avançar na operacionalização das demandas, que
209 os representantes da Fundação Palmares e da Funai apresentassem, na
210 próxima reunião, propostas acerca dos Programas para serem discutidas e
211 deliberadas; complementou que a temática dos auxílios emergenciais seja
212 debatida a partir de informações robustas. Apresentou preocupação na
213 viabilização da participação dos indígenas, quilombolas e demais PCTs, de
214 forma que a ausência deles não prejudique a realização dos encontros da CT.
215 Finalizou com a pergunta sobre quais órgãos serão responsáveis pela
216 assinatura das notas técnicas produzidas pelo grupo. Jorge (Funai/CR MGES)
217 questionou se a participação dos atingidos não deveria ser garantida por quem
218 deu causa ao desastre. Paula (Casa Civil/PR) respondeu que no TTAC não há
219 nenhuma definição sobre a Fundação Renova pagar viagens dos interessados,
220 sugerindo que a discussão seja pautada pela CT junto ao CIF. Nesse
221 momento, Francisco (DPU) propôs os seguintes encaminhamentos: (i) solicitar
222 que a Fundação Renova apresente o estudo temporário, sobre os impactos
223 preliminares nas comunidades tradicionais, que levou às definições de casos
224 emergenciais; paralelamente, os órgãos governamentais, que tiverem acesso
225 às comunidades, realizariam outro levantamento com finalidade comparativa,
226 devido às dúvidas e polêmicas em torno do estudo realizado pela citada
227 Fundação; (ii) oficiar a CTOS indagando quais são os critérios de elegibilidade
228 para pagamento de auxílio emergencial de pescadores e garimpeiros
229 artesanais, o que poderia auxiliar na construção dos critérios para outras
230 comunidades. Complementou que a DPU observou que alguns valores pagos
231 aos grupos citados estavam em desacordo com as regras do TTAC, o que
232 gerou questionamento ao CIF, cuja resposta ainda não havia sido
233 encaminhada. Afirmou, por fim, ser favorável à participação direta dos
234 indígenas e dos povos e comunidades tradicionais nas reuniões da CT, não se
235 opondo, caso esta primeira opção não seja viável por alguma razão, que tal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

236 participação se dê de outras maneiras. Fernando (Funai) perguntou aos
237 presentes se também haviam recebido um ofício da Fundação Renova com
238 pedido de levantamento dos gastos dispendidos com o desastre ambiental,
239 para posterior ressarcimento; e acrescentou que deseja compreender se a
240 revisão do TTAC acolheria demandas da CT. Renato (Secretário Executivo do
241 CIF) respondeu que o TTAC previu diversos ressarcimentos ao longo dos anos,
242 podendo ocorrer modificações e ampliações dos critérios e valores em
243 resultado da revisão do TTAC, sugerindo aos representantes presentes que
244 calculassem os gastos junto a seus órgãos de trabalho para apresentarem à
245 CT Economia, responsável pela compilação dos dados. Desse esclarecimento
246 surgiu o terceiro encaminhamento do dia: (iii) os órgãos que compõem a CT
247 levantem os custos, para acompanhamento e/ou atendimento às
248 comunidades impactadas pelo desastre, para serem ressarcidos pela Renova,
249 apresentando a demanda à Secretaria Executiva do CIF que encaminharia
250 para a CT responsável, além de acompanharem novas decisões do Comitê
251 acerca da temática. Fernando (Funai) arguiu, em sequência, a respeito do
252 momento de apresentação das demandas da CT, em razão da proximidade da
253 reunião do CIF. Após explicações do secretário executivo e da representante
254 da Casa Civil, que ponderaram as burocracias no processo de alteração do
255 Termo, encaminhou que (iv) a CT elabore nota acerca da necessidade de
256 criação do Programa Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida das
257 Comunidades Remanescentes de Quilombo e apresente a proposta à
258 presidência do CIF para deliberação. Fernando (Funai) questionou, também, se
259 o CIF havia orientado os órgãos governamentais a respeito do Termo de
260 Ajustamento Preliminar (TAP) elaborado pelo MPF, com o apoio de
261 consultorias independentes contratadas por ele, que demandou informações à
262 Funai. Renato (Secretário Executivo do CIF) respondeu que levaria a demanda
263 para a próxima reunião do CIF, adiantando que o próprio Comitê não possui
264 muitas informações a respeito do TAP. Léa (SeGov/PR) complementou com a
265 sugestão que a Secretaria Executiva do CIF oriente as CTs sobre o Termo. A
266 reunião prosseguiu com discussões acerca da viabilidade de incluir os povos
267 indígenas e os povos e comunidades tradicionais como membros da CT, com
268 considerações sobre as dificuldades orçamentárias pelas quais os órgãos
269 públicos passam; argumentos sobre a possibilidade da CT se reunir nos locais
270 do acidente; sugestões de que indígenas e povos e comunidades tradicionais
271 pudessem participar como convidados; dúvidas quanto ao posicionamento do
272 CIF acerca da participação popular direta, visto que não há atores da
273 sociedade civil em outras câmaras técnicas. No momento, o presidente da
274 Funai Substituto adentrou a sala de reuniões e contribuiu com o assunto
275 informando que o órgão indigenista está operando com o orçamento aquém do
276 necessário, por isso, não via oportunidade de trazer os indígenas para os
277 encontros. Outros membros do grupo comentaram que a representante do
278 MDS relatou a possibilidade de viabilizar a logística de deslocamento dos
279 grupos sociais. Ainda assim, o entendimento foi de que o ônus financeiro da
280 participação dos atingidos deveria estar a cargo de quem causou os acidentes,
281 com a sugestão de que o assunto seja tratado com mais atenção, incluindo
282 posicionamento do CIF. Após um intenso debate, em que os presentes
283 concordavam que as consequências na vida cotidiana dos atingidos sejam



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

284 resolvidas da forma mais eficiente possível, a reunião terminou sem que
285 houvesse consenso acerca da metodologia de participação, nesta CT, dos
286 povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais. Não havendo
287 quórum para os demais assuntos, o encontro foi encerrado às 19 (dezenove)
288 horas, com os seguintes encaminhamentos: (i) solicitar que a Fundação
289 Renova apresente o estudo temporário, sobre os impactos preliminares nas
290 comunidades tradicionais, que levou às definições de casos emergenciais; (ii)
291 oficial a Câmara Técnica Organização Social sobre os critérios de elegibilidade
292 para pagamento de auxílio emergencial de pescadores artesanais e
293 garimpeiros faiscadores; (iii) apresentar, à Secretaria Executiva do CIF, os
294 custos para acompanhamento e/ou atendimento às comunidades impactadas
295 pelo desastre, assumidos pelos órgãos da CT, para ressarcimento por parte da
296 Renova; (iv) elaborar e apresentar, à presidência do CIF, nota técnica acerca
297 da necessidade de criação do Programa Proteção e Recuperação da
298 Qualidade de Vida das Comunidades Remanescentes de Quilombo; (v)
299 Fundação Palmares elaborar nota técnica sobre a situação da comunidade de
300 Degredo; (vi) Fundação Palmares encaminhar os nomes dos componentes da
301 CT; e (vii) a próxima reunião desta Câmara Técnica será dia 29/06, às
302 14h30min, na sede da Funai.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ
INTERFEDERATIVO (CIF)

LISTA DE PRESENÇA

Local: Sala de reuniões da Presidência da Funai, 13º andar
Data: 22/06/2017
Horário: 15h

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Tiago Conflicca	FCP	3124-0315	tiago.conflicca@pdm.gov.br	Tiago Conflicca
Dátia Favelle	SE-CNPCT/MDS	2030-1651	Datia.favelle@mds.gov.br	Dátia Favelle
Vanessa Lanza	SE-CNPCT/MDS	2030-1366	vanessa.lanza@mds.gov.br	Vanessa Lanza
Luiz Coimbra	SAM/CC	3411-1222	luiz.coimbra@presidencia.gov.br	Luiz Coimbra
FERNANDO VIANNA	FUNAI	3427.6814	fernando.vianna@funai.gov.br	Fernando Vianna
Bruna Lopes	SEPPIR/MDH	2027-3362	bruna.silva@mdh.gov.br	Bruna Lopes
Priscilla P. da Silva Colatelli	CGGAM/FUNAI	3247-6914	priscilla.colatelli@funai.gov.br	Priscilla Colatelli



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ
INTERFEDERATIVO (CIF)

LISTA DE PRESENÇA

Local: Sala de reuniões da Presidência da Funai, 13º andar

Data: 22/06/2017

Horário: 15h

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Andrei Duarte	CSGAM/FUNAI	(61) 3217-6820	andrei.duarte@funai.gov.br	
JORGES LUIZ DA PAULA	FUNAI/CR-MGES	(33) 93127-8122	JORGES.LUIZ@FUNAI.GOV.BR	
THIAGO HENRIQUE FIOROTTI	FUNAI/CR MGES	33 3212 8250	thiago.fiorotti@funai.gov.br	
Renato Miranda Carvalho	DJI/PRESI/IBAMA	61 33161740	renato.carvalho@ibama.gov.br	
Juliana Malta	RFE/FUNAI	(61) 3217 6118	Juliana.malta@ogu.gov.br	
PAULA OLIVEIRA LIMA	Casa Civil / PR	(62) 3421-2182	Paula.lima@presidencia.gov.br	
FRANCISCO DE A. N. NOBREGA	SGAI/DPD	(61) 98352 0051	francisco.amis@dpu.dif.br	
ÉRIKA STÉFANE	DIREX/SEIAT/MS	(61) 3315-5942	ERIKASALUSTIANDESAUDE.GOV.BR	
Fernando Albuquerque	DASI/Secou/MS	61-33155886	fernando.albuquerque@saude.gov.br	
Lea Rocchi Sales	Segov/PR	61 34112047	lea.sales@presidencia.gov.br	
Solange Alves	IBAMA/ASS/PRES	61 3316.1001	Solange.alves@ibama.gov.br	